



Unida retoma articulação em busca de manutenção da subvenção

4



Propriedades dos fornecedores de cana serão georreferenciadas

3



Governador excluirá crédito presumido de usinas inadimplentes

5



Câmara dos Deputados reavalia novo Código Florestal Nacional

7



Editorial

Desafios e oportunidades em 2012

O novo ano já chegou. E com ele, novos sonhos, metas e desejos, além da esperança de dias melhores. E como de praxe, também é comum avaliar como foi o ano anterior, bem como quais as perspectivas para o ano recém iniciado. Neste contexto, projetam-se planos e metas para alcançar maior desempenho nos negócios e desejam-se tendências de crescimento econômico no país e no mundo. O setor sucroenergético, como não podia ser diferente, segue a mesma realidade. Entretanto, apresenta características particulares, as quais demandam grandes desafios e oportunidades à cadeia produtiva da cana de açúcar nacional, dentre eles, os produtores independentes de cana.

O ex-presidente Lula propagou o etanol brasileiro para todo o mundo. Também divulgou que o país estaria preparado para abastecer parte da demanda mundial com o combustível mais ecológico do planeta. Segundo o governo norte-americano, por meio da Environmental Protection Agency (EPA), o etanol nacional já é considerado o melhor biocombustível do mundo com relação à redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs). Comparado com a gasolina, eles verificaram que o etanol reduz até 90% da emissão de CO2. Portanto, considerado um biocombustível avançado.

Entretanto, o governo brasileiro precisa promover uma política pública condizente com a

efetiva necessidade de fazer do etanol brasileiro o biocombustível protagonista na redução mundial de emissões de GEEs. Infelizmente, grandes desafios pairam na conjuntura nacional. No governo do presidente Lula, o Brasil se vangloriava de ter o menor custo de produção de cana de açúcar do mundo, porém hoje, já é o quinto. O desabastecimento de etanol de cana no mercado nacional também preocupa. Atualmente, o etanol norteamericano de milho é importado para suprir a necessidade interior.

Infelizmente é uma situação vergonhosa para o país que anunciava ser o exportador de etanol para o mundo. Porém, não foi por falta de aviso do setor sucroenergético nacional. E para piorar, o governo Dilma prefere adotar medidas de desestímulo à produção da matéria prima, apesar da oferta ser menor que a demanda potencial. Os preços do etanol hidratado esbarram, na alta, na relação de competitividade com a gasolina. Economicamente, o biocombustível só é competitivo até 70% do preço da gasolina, este, tem sido mantido estável pelo governo federal, o qual não tem acompanhado os preços do mercado internacional. O cenário se agrava para 2012, pois não há perspectiva de mudança.

Neste contexto, o setor sucroenergético demanda uma desoneração tributária do etanol. A carga tributária do produto representa atualmente 35%

do valor da gasolina e 31% do preço do etanol hidratado. Esta participação é quase igual, pois o etanol tem rendimento energético 30% menor do que o da gasolina. Portanto, dentre os desafios para 2012, será prioridade criar uma interlocução mais direta com a cúpula do governo para discutir a desoneração tributária do etanol. É fundamental fazer uma desoneração do PIS/COFINS não apenas da cana, mas também para o etanol.

Por outro lado, cenários promissores sinalizam para o etanol brasileiro a médio e longo prazo. A primeira tem relação com a retirada do subsídio econômico dado pelo governo norteamericano aos produtores de etanol de milho do respectivo país. Era pago US\$ 0,45 por galão. Com o fim da medida, é dado um grande passo para o etanol virar uma commodity. Outra oportunidade para o mercado de etanol de cana, quando tivermos excedente de produção, é a abertura do mercado norteamericano. Foi retirada também a tarifa de importação de US\$ 0,54 por galão do produto.

Porém, a tendência de preços do açúcar para este ano volta a preocupar o setor. Os valores se mostram menor e ainda existe uma perspectiva de maior produção da commodity na Índia, Tailândia, Rússia e União Europeia. A consultoria europeia Czarnikow previu neste mês que o superávit global em 2012 será de 6,1 milhões de toneladas de açúcar. Os preços ficarão entre 20 centavos e 24 centavos de dólar a libra-peso em Nova York. Dessa maneira, o cenário é de não alcançar patamares recordes de 30 centavos de dólar, influenciando negativamente, o preço da tonelada de cana.

EXPEDIENTE

Gazeta PERNAMBUCANA

Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco
Av. Manoel Nazareno de Moraes, 2028 | Jurema | Recife/PE
Site: www.afcp.org.br

Alexandre Araújo de Moraes Andrade Lima
Presidente

Paulo Giovanni Tapety Reis
1º Vice-presidente

Paulo Guilherme Guedes de Araújo Lima
2º Vice-presidente

José de Lima Cízar | 1º Tesoureiro
Jaime Galvão Silva | Vice Tesoureiro
Felipe Nery Malta Lima | 1º Secretário
Domínio Gomes Pereira | 2º Secretário

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS:
José Ferreira da Fonseca
Cristiano C. de Oliveira Soares
João Vital Borba de Menezes

SUBSTITUTOS:
Benedito Tadeu S. de Miranda
Luiz Pereira Alves
Antônio Correia de Oliveira A. Filho

Design Gráfico | DFB Comunicação
Editora | Ana Paula Costa - DRE 2488
Reportagens | Roberto Coutinho
Fotógrafo | Josué da Mata
Tiragem - 2.000 exemplares

Aconteceu



Confraternização

Reunidos na churrascaria Ponteio Grill, em Boa Viagem, Recife, diretores, familiares e colaboradores da AFCP, realizaram a confraternização de final do ano. Os presidentes do Sindicape e Sindaúcar também prestigiaram o evento, que foi realizado em 13 de dezembro de 2011.

Ambulatório

O Ambulatório da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, na cidade de Palmares, está totalmente reformado, após as enchentes da Mata Sul nos anos de 2010 e 2011. Foram investidos R\$ 66,3mil.

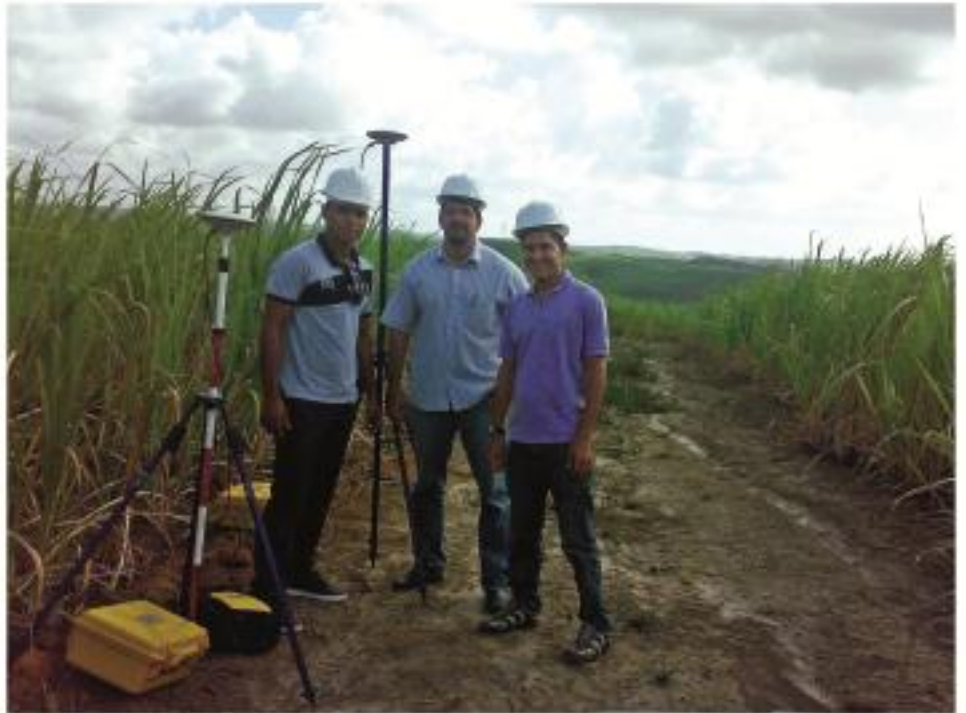


Produtores de cana de açúcar terão as terras georreferenciadas pela AFCP

Cerca de 10 mil produtores filiados à Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP) terão suas terras georreferenciadas gratuitamente. A ação, que é uma iniciativa do Órgão de Classe, tem como objetivo fazer a descrição da propriedade rural em suas características, limites e confrontações, conforme estabelecido por lei. O mapeamento precisa considerar as coordenadas determinadas pelo Sistema Geodésico Brasileiro, definidas pelo INCRA. Dessa forma, o Departamento Técnico da AFCP investiu na criação do próprio setor de georreferenciamento, com profissionais e equipamentos especializados.

De acordo com o diretor do Departamento Técnico da Associação, Paulo Tapety, o georreferenciamento do imóvel rural é obrigatório para que a propriedade seja incluída no Cadastro Nacional de Imóvel Rural (CNIR), conforme estabelece a lei 10.267/01. O cadastramento é pré-requisito para permitir qualquer alteração cartorial da terra. O produtor ficará impedido de fazer desmembramento, parcelamento e remembramento em caso do não cumprimento da legislação. Também ficará proibido de realizar qualquer tipo de transferência, ou ainda ações para fins de financiamento e hipoteca da propriedade.

O prazo para realização do mapeamento varia de acordo com o tamanho da propriedade, conforme define o INCRA. Para aquelas que possuem entre 250 e 500 hectares, o prazo vai até novembro 2013, enquanto aquelas com área entre 100 e 250



Equipe de Georreferenciamento da AFCP:
Wagner Rodolfo, Júlio Carreira e Ricardo Henrique (da esq. para a dir.)

hectares, até novembro de 2016. Já as propriedades entre 25 e 100 hectares, ficam estabelecidas para novembro de 2019, e os imóveis com área inferior a 25 hectares, em novembro de 2023. Após o vencimento, o produtor que não realizar a ação, ficará impedido de certificar suas terras perante o INCRA. E, conseqüentemente, impedido de regularizá-la em cartório. E também pode ser incluídos na lista de imóveis passíveis de incorporação para ações de reforma agrária, conforme IN do INCRA nº9.

Cerca de 90% dos fornecedores

associados à AFCP ainda não fizeram o georreferenciamento de suas propriedades. Dessa forma, a Associação disponibilizará o serviço gratuitamente. Entretanto, o produtor precisa agendar a ação. Basta ligar para o Departamento Técnico, solicitando a visita dos profissionais (3316.0955). A cronologia da ida dos técnicos nas propriedades dependerá diretamente da ordem do agendamento da ação. "O serviço é especializado, por isso, os produtores que tiverem mais urgência na realização da ação, devem procurar agendá-la imediatamente", ressalta Tapety.



AV. PARQUE SUL, 2138 | 1º DISTRITO INDUSTRIAL | MARACANAÚ/CE
CEP: 61.939-000 | PABX: (85) 4011.1000 | www.nufarm.com.br

Presente em todo o Brasil





Unida retoma articulação em busca de manutenção da subvenção federal



Raimundo Nonato (Asplana PB), Alexandre Andrade (Unida), Efraim Moraes (Dep. Fed. PB), Mário Borba (Fiepb), Raimundo Macedo (Dep. Fed. CE) - da esq. para dir.

Os produtores nordestinos de cana de açúcar iniciam nova rodada de mobilizações para evitar a descontinuidade do Programa de Subvenção da Atividade Canaveira no Nordeste. Depois de um trabalho intenso no último trimestre do ano passado, a fim de incluir emenda na Medida Provisória nº 543, com o objetivo de garantir a continuidade do benefício, a União Nordestina dos Produtores de Cana (Unida) retoma as articulações para incluir a demanda em nova MP.

Todas as entidades de classe dos produtores nordestinos de cana, lideradas pela Unida, buscarão apoio de senadores e deputados para implementar o pleito na Medida Provisória nº 554. A MP visa autorizar a concessão de subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxa de juros,

nas operações de financiamento para a estocagem de álcool combustível, dentre outros objetivos. Dessa forma, ocorrendo tudo dentro do previsto, o prazo que os parlamentares podem apresentar a emenda vai de 2 a 7 de fevereiro. Já a programação do período final para aprovação da MP, com prorrogação, vai até maio.

De acordo com presidente da Unida, Alexandre Andrade Lima, a manutenção do Programa de Subvenção da Atividade Canaveira no Nordeste é fundamental para estimular o incremento de produtividade dos canaviais da região. "Nos últimos dois anos, período de vigência do programa, o incentivo promoveu uma maior produtividade nas lavouras", diz, ressaltando que dos 21 mil produtores nordestinos de cana, 90% são de

agricultura familiar. Dessa forma, o benefício não deveria se extinguir, pelo contrário, deveria ser apoiado pelo governo Dilma.

A continuidade do programa colabora ainda para reduzir problemas causados pela sazonalidade da cultura no país, principalmente, com relação à produção de etanol. "Na medida em que a subvenção estimula uma maior produção de cana na região, existe consequentemente um incremento em seus produtos manufaturados", justifica. O dirigente acrescenta que a atividade canaveira é uma importante e destacado pilar de sustentação socioeconômico para o povo nordestino. Somente nos estados de Pernambuco e Alagoas, a cultura é responsável, por exemplo, por 10% e 20% do Produto Interno Bruto respectivamente.

MP 543 – Nos últimos três meses de 2011, os produtores nordestinos de cana travaram uma verdadeira batalha para conseguir com sucesso, inserir a emenda da subvenção econômica na MP 543. "Foi fundamental o apoio do senador Renan Calheiros (PMDB/AL) e do relator da medida provisória, o deputado federal, Heleno Silva (PRB-SE)", diz Andrade Lima, ressaltando que existiu um trabalho muito bem articulado e realizado. A Medida Provisória visava autorizar a União a conceder subvenção para instituições financeiras de forma que elas permitam a contratação e o acompanhamento das operações de microcrédito produtivo. Entretanto, o prazo total permitido para a respectiva votação da MP aspirou, perdendo assim a sua validade. "Infelizmente, o prazo aspirou e não tivemos êxito no pleito, mas não vamos desistir de incluir a emenda na MP 554", comenta.

Fertine
Fertilizantes do Nordeste Ltda.





Governador punirá usina inadimplente com produtores de cana

O governador Eduardo Campos publicará decreto proibindo que usinas de etanol e açúcar recebam crédito presumido, espécie de isenção fiscal, em caso de débitos a fornecedores de cana e respectivas entidades de classe. Segundo informação do setor, a medida deve entrar em vigor neste ano, uma vez que a expectativa era de ser publicada no final de 2011. O pleito foi uma reivindicação da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP) e do Sindicato dos Cultivadores de Cana do Estado (Sindicape). O gestor estadual tomou a decisão após dirigentes das duas entidades repassarem a situação de dívidas de seis usinas referentes à cana fornecida ainda na safra passada. O encontro aconteceu no Palácio do Campo das Princesas.

O novo critério para a liberação do benefício servirá de pressão aos industriais que emperram o pagamento da matéria prima fornecida. Os débitos das seis usinas, apresentadas ao governador, chegava a cerca

de R\$ 15 milhões, penalizando três mil fornecedores e as suas representações de classe. Dessa forma, Eduardo Campos sensibilizou-se com a reivindicação e solicitou ao secretário da Fazenda, Paulo Câmara, que participou da reunião, para incluir a nova exigência no decreto. "Portanto, só receberá o benefício, a usina livre de dívida com fornecedores de cana e suas entidades", diz o presidente do Sindicape, Gerson Carneiro Leão.

A inadimplência das seis usinas, localizadas na Mata Sul, prejudica toda a economia desses municípios da zona canavieira. "O débito ultrapassa a questão do produtor", conta o presidente da AFCP, Alexandre Andrade Lima, ressaltando que a cana de açúcar é a principal fonte da economia local. No comércio de Catende, por exemplo, segundo estimativa, 80% das negociações depende diretamente dos fornecedores. O gerente de uma loja na cidade, Anderson Nascimento, revelou em reportagem ao Bom Dia Pernambuco, da TV

Globo Nordeste, que com esta situação de dívidas a fornecedores, as vendas caem e, conseqüentemente, o comércio fica prejudicado.

Entretanto, mesmo após conseguir o apoio do governador para barrar usinas devedoras a receberem crédito presumido, algumas dessas empresas continuam com o passivo. "Até agora, somente três das seis empresas envolvidas iniciaram as negociações", diz Andrade Lima. Porém, o dirigente esclarece que houve alguns acordos, inclusive, com o sindicato que representa as usinas, mas pouquíssima coisa foi resolvida efetivamente. "Todo o setor dos fornecedores de cana pernambucanos aguarda ansiosamente que o decreto seja publicado. Para Lima, a medida será uma punição adequada às usinas que não honram com seus compromissos, bem como simultaneamente, beneficiará a maioria das unidades industriais do estado que cumprem adequadamente com suas responsabilidades, garantindo-lhes o crédito presumido na hora de negociarem açúcar e etanol.



Programa Terra Pronta beneficiará 12,5 mil produtores de cana

Produtividade de cana de açúcar pode aumentar em Pernambuco



Programa Terra Pronta beneficiará produtores de cana de açúcar com a distribuição de fertilizantes em 2012. Cerca de 95% dos fornecedores de cana do estado, os pequenos produtores, serão contemplados com insumo da Secretaria Estadual de Agricultura e Reforma Agrária. A ação visa aumentar a produtividade da cana, a qual pode ter um incremento de até 25% na produção. O material será distribuído aos filiados da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP) e do Sindicato dos Cultivadores de Cana do Estado (Sindicape). Serão beneficiados os pequenos fornecedores de cana com produção de até três mil toneladas por safra.

O anúncio do Programa foi feito pelo secretário estadual de Agricultura, Ranilson Ramos, ainda no final do ano passado, durante reunião com o governador Eduardo Campos e os presidentes da AFCP, Alexandre Andrade Lima, e do Sindicape, Gerson Carneiro Leão. Cerca de 12,5 mil pequenos

produtores serão contemplados com a ação. "A iniciativa, que atende o pleito do setor, vai colaborar diretamente para o aumento de produtividade da cana por hectare cultivado, gerando mais renda ao pequeno produtor", diz Andrade Lima. O fertilizante é um dos principais insumos para a manutenção da produção e longevidade dos canaviais do estado. Entretanto, o dirigente ressalta que o incremento na produção também dependerá das condições climáticas, que é um fator fundamental para todas as culturas.

Foram investidos cerca de R\$ 3 milhões na aquisição de 4 mil toneladas de fertilizantes, entretanto, 6,2 mil toneladas do insumo foi o quantitativo anunciado pelo governo para ser distribuído com os pequenos produtores do estado. "Foi anunciado investimentos na ordem de R\$ 4,6 milhões", comenta Lima. A logística para a distribuição do produto será realizada através das 22 usinas do estado, segundo critérios adotados pelo governo. Todo o material será encami-

nhado para as unidades industriais para facilitar a distribuição, ficando mais próximo das propriedades dos beneficiários. Nas usinas, o fertilizante é entregue aos fornecedores obedecendo à listagem enviada com as quantidades de cada produtor.

Esta é a terceira edição do Programa Terra Pronta (Cana de Açúcar). As duas primeiras ocorreram nos anos de 2009 e 2010. No período, foram contemplados cerca de 12,7 mil e 12,9 mil produtores respectivamente. "O benefício volta a ocorrer em 2012, depois de um ano na interrupção do Programa", comemora Lima. O Programa foi idealizado em 2008, pela Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP) e o Sindicato dos Cultivadores de Cana no Estado de Pernambuco (Sindicape) e encampado pelo governo do estado, após um ano de aumento desproporcional de preço dos fertilizantes, prejudicando principalmente os pequenos produtores de cana de açúcar

DF Dafonte
TRATORES

Há 31 anos, a gente faz essa terra crescer.

Impacto econômico do Novo Código Florestal será avaliado na Câmara Federal

O novo Código Florestal brasileiro, aprovado recentemente no Senado Federal, volta à Câmara dos Deputados, antes da sanção presidencial. O impacto econômico da proibição do cultivo em áreas antes consolidadas, como às margens das nascentes, rios, riachos e córregos será analisado pelo novo relator da matéria. O responsável é o deputado federal Paulo Piau (PMDB-MG). O reflexo da obrigatoriedade do reflorestamento nestas áreas de Preservação Permanente (APPs) também será avaliado.

O parlamentar foi escolhido como relator na primeira quinzena de dezembro do ano passado. "Desde que assumiu, ele adotou uma postura democrática e republicana quanto ao tema", diz o vice-presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP), Paulo Guedes. O dirigente destaca que o deputado solicitou aos governos estaduais relatórios sobre o impacto das limitações à exploração agropecuária em todas as áreas de Preservação Permanente (APPs).

Em reportagem ao site do Globo Rural, o parlamentar adiantou que não será fácil a tarefa, uma vez que pelo regimento não pode mexer na redação aprovada pelo Senado, apenas acatar ou rejeitar partes do texto, que podem ser substituídas por outras aprovadas

pelos deputados durante a discussão na Câmara. Inclusive, o relator trabalhou durante o recesso parlamentar para fundamentar as mudanças que deve sugerir.



Dep. federal Paulo Piau (PMDB-MG)

Entretanto, independente do cenário futuro, o setor sucroenergético pernambucano elaborou parecer técnico para demonstrar que punir a produção de cana nordestina sob o crivo da proteção do meio ambiente é um equívoco social, econômico, ambiental e jurídico. O documento, que foi produzido por acadêmicos e consultores em direito ambiental, será entregue ao governo de Pernambuco. A ação visa contribuir com o estado mediante a demanda do relator do novo Código Florestal.

A cultura da cana é secular no Nordeste. "Não se pode simplesmente

criminalizar algo que sempre foi permitido e até incentivado por governos passados", diz Guedes. A posição é compartilhada pelo doutor em direito ambiental, o advogado Ivon Pires Filho, onde destaca não haver crime ambiental, visto que não existia lei para proibir a supressão vegetal natural nas áreas estabelecidas pelo código ambiental de 1965, bem como em outras ações permitidas após a legislação. "A lei não pode retroagir para prejudicar o cidadão, principalmente a penal", lembra Pires, ressaltando também que a lei não pode prejudicar o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito.

IMPLANTAÇÃO – A votação do código está prevista para março. Depois de aprovado e sancionado pela presidente Dilma, o governo federal terá que fazer o cadastramento de cinco milhões de produtores rurais, os quais terão a partir de junho deste ano, o prazo de um ano (junho de 2013) e igual período que pode ser prorrogado (junho de 2014) para realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Entretanto, a efetiva implantação do novo Código dependerá do Programa de Regularização Ambiental (PRA), que terá o prazo de quatro anos e meio, portanto, até o final de 2016. Por fim, após aderir à regularização, o proprietário rural pode ganhar até 20 anos para implantar florestas em seu imóvel.





Alexandre Andrade Lima fala do débito da Usina Catende na Câmara dos Vereadores da cidade

Usina Catende ganha repercussão por débitos a produtores de cana

A usina Catende, administrada por um síndico nomeado pelo Poder Judiciário, com o objetivo de manter a produção da massa falida, esteve em evidência nos últimos meses. Entretanto, a audiência esteve relacionada pela falta de pagamento aos produtores de cana e não por seu modelo de gestão. No período, a unidade industrial foi fechada mais de uma vez em protestos dos fornecedores, os quais continuam em grande parte, sem receber pela matéria prima fornecida. Dessa forma, ainda no final do ano passado, a Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP) e o Sindicato dos Cultivadores de Cana do Estado (Sindicape) levaram a situação ao governador do Estado.

Logo após a primeira paralisação da unidade, ainda em novembro, os produtores debateram com o governador Eduardo Campos sobre a situação. Os presidentes da AFCP, Alexandre Andrade Lima, e do Sindicape, Gerson Carneiro Leão estiveram presentes no encontro. Para tentar resolver o impasse, ficou definido que o governo do estado, entidades de classe do setor, Banco do Brasil e a Cooperativa dos Trabalhadores da Usina articulariam uma saída planejada. "Não queremos a unidade fechada, o seu funcionamento é vital para a economia da microrregião", dizia o presidente da AFCP, Andrade Lima, ressaltando que a unidade absorve grande quantidade de cana e garante trabalho à população da localidade. "Porém é preciso cumprir com as obrigações, dentre elas o pagamento da cana de açúcar

ofertada", conta o dirigente.

Inclusive, em dezembro, os próprios fornecedores iniciaram um acordo com a Usina para tentar administrá-la conjuntamente, a fim de receber o passivo financeiro. A ação foi a última medida encontrada pelos produtores, com o objetivo de não paralisar a moagem da massa falida e também receber a respectiva dívida, que chegava à época, à aproximadamente R\$ 1 milhão. Porém, o acordo com o síndico Carlos Ferreira não durou nem uma semana. Na verdade, a parceira nem saiu do papel. Ao analisar o contrato de parceria, os produtores perceberam que a comissão formada para gerir a usina não teria por lei o respectivo poder. E para piorar, o síndico faltou a reunião que foi agendada para tentar resolver o imbróglio. Assim, a unidade foi bloqueada novamente.

Na avaliação da AFCP, não há mais possibilidade de manter diálogo com o atual síndico. Na realidade, o questionamento vai também para o modelo de gestão da usina. "Entretanto, independente da posição, é urgente uma reavaliação da conjuntura, pois a situação está insustentável", conta Lima, ressaltando que somente de cheque sem fundo, o síndico emitiu mais de 50 unidades para pagar a dívida com os fornecedores de cana. O dirigente conta inclusive, que o síndico se apropriou indevidamente até da contribuição descontada dos produtores de cana para as entidades de classe. "Efetivamente, é preciso encontrar uma saída de viabilidade e sustentabilidade econômica da unidade industrial", almeja.

Você sabia?

Que o novo Site da AFCP está em desenvolvimento? A ação integra o novo plano de comunicação da entidade em virtude à proximidade das comemorações dos 70 anos da Associação.

? - ? - ? - ? - ? - ? - ?

Que o prazo obrigatório para o georreferenciamento das propriedades rurais depende do seu respectivo tamanho? O período limite variará de novembro de 2013 a novembro de 2023.

? - ? - ? - ? - ? - ? - ?

Que a AFCP age com a intenção de aumentar a produtividade dos canaviais de seus associados? A entidade promoverá a distribuição de mudas de cana para o plantio do próximo inverno.

É tempo de

Intensificar os tratos culturais no canavial, visando uma melhor produtividade da próxima safra.

...

Iniciar a coleta de amostras para análises de solo para verificar a necessidade de aplicação de calcário e adubo

AÇÚCAR TOTAL RECUPERÁVEL (ATR) - PERNAMBUCO -

MÊS	VALOR (Kc)	PREÇO BRUTO DA (T) CANA PADRÃO - R\$
SET/2011	0,5676	67,5480
OUT/2011	0,5591	66,5364
NOV/2011	0,5459	64,9655
DEZ/2011	0,5234	62,2876

* Cana com 119,000kg ATR por Tonelada Cana